

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.349 - SC (2019/0297520-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : JEAN MAICON KRUSE
ADVOGADO : JEAN MAICON KRUSE - SC030685
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : VINICIUS BRANDIZZI FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VINICIUS BRANDIZZI FERREIRA – preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 24-A da Lei n. 11.340/2006 – contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 4027838-40.2019.8.24.0000), que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 48/49):

HABEAS CORPUS - SUPOSTOS FATOS COMETIDOS SOB O ABRIGO DA LEI MARIA DA PENHA - EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA FIXADAS - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE EM TELA. PERICULUM LIBERTATIS - REQUISITO PREENCHIDO - MANIFESTAÇÃO DE PERFIL DEVERAS AGRESSIVO - AMEAÇAS CONTUMAZES - AGUDEZ NO COMPORTAMENTO - TRANSGRESSÃO REITERADA DE MEDIDAS PROTETIVAS FIXADAS PELO MAGISTRADO - PERICULOSIDADE DO PACIENTE QUE DESPONTA A NECESSIDADE DE RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA E SOBRETUDO DA INCOLUMIDADE DA PESSOA VITIMADA.

I - Em um juízo de ponderação valorativa entre a salvaguarda da incolumidade das vítimas e de testemunhas e a livre locomoção dos acusados, o espaço para eventuais inclinações é mínimo e quase que intelectivamente pende em desfavor dos processados criminalmente, sobretudo quando despontada a periculosidade do ofensor e onde a integridade das vítimas apresenta risco concreto, sendo mote crucial para sustentar a decretação da prisão acauteladora.

II - Demonstrado nos autos, então, que o paciente vem, reiteradamente, lançando toda sorte de ameaças e de agressões,

Superior Tribunal de Justiça

possivelmente descumprindo medidas protetivas de urgência fixadas em favor da vítima, causando-lhe verdadeiro terror e criando sérias desconfiças de que algo pior possa acontecer, imperativa, sem dúvidas alguma, mostra-se o seu inadiável encarceramento preventivo.

AFIRMAÇÃO DE BONS PREDICADOS DO PACIENTE - CIRCUNSTÂNCIAS QUE, POR SI SÓS, NÃO TÊM O CONDÃO DE GARANTIR SUA SOLTURA. *Impossível a soltura do paciente com fulcro apenas em bons predicados (idoneidade moral, primariedade, trabalho e residência fixa), uma vez que tais circunstâncias são insuficientes, sozinhas, para impedir a prisão cautelar, devendo tais elementos serem sopesados em conjunto com todo o contexto fático-probatório.*

SUPOSTO CABIMENTO DA SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES MAIS BRANDAS - IMPOSSIBILIDADE - SEGREGAÇÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. *Inviável a aplicação de medidas diversas (art. 319 do Código de Processo Penal) quando presentes todos os elementos necessários à prisão cautelar, especialmente se consideradas as questões particulares ao caso concreto.*

SUPOSTA DESPROPORCIONALIDADE DA PRISÃO - ALEGAÇÃO DE QUE A CUSTÓDIA PREVENTIVA REPRESENTA PUNIÇÃO MAIS SEVERA DO QUE A SUPOSTA CONDENAÇÃO - SITUAÇÃO MERAMENTE HIPOTÉTICA - AFERIÇÃO POSSÍVEL SOMENTE DEPOIS DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, SOPESADAS AS CONDIÇÕES DO ART. 59 DO CP - INVIABILIDADE DA DISCUSSÃO NA ESFERA DO HABEAS CORPUS - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. *Encontrando-se bem evidenciados os requisitos dos arts. 312 e 313 do CPP, não há como desconsiderar a necessidade da custódia cautelar frente a um suposto resultado final do processo menos gravoso ao paciente.*

ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

Na presente impetração, a defesa alega haver carência de fundamentação na prisão preventiva do paciente por ter o Magistrado de primeira instância decretado a medida cautelar extrema com base na gravidade abstrata do delito, distanciando-se das circunstâncias fáticas. Aduz, ainda, estarem ausentes, *in casu*, os requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal. Destaca a presença de condições favoráveis ao paciente.

Superior Tribunal de Justiça

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem e pela expedição do respectivo alvará de soltura, com a imposição de medidas cautelares alternativas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Verifica-se que a prisão preventiva foi decretada para garantir a execução de medidas protetivas de urgência, no contexto de crime que envolve violência doméstica e familiar contra a mulher, perfazendo, assim, o requisito previsto no artigo 313, inciso III, do CPP.

Em relação à existência dos requisitos previstos no artigo 312, do mesmo Código de ritos, ao menos em análise perfunctória, tal questão foi devidamente fundamentada, não se verificando a existência de ilegalidade evidente, a qual ensejaria a concessão da liminar, tendo em vista a real necessidade de se salvaguardar a integridade física e psicológica da vítima e de sua família, alvos constantes de perseguições e ameaças graves proferidas pelo paciente.

Nesse sentido, o acórdão atacado (e-STJ fls. 53/56):

O periculum libertatis - que, por si só, diante da necessidade decretação de prisão preventiva, afasta a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal (TJSC, HC n. 0002483-67.2017.8.24.0000, rel. Des. Roberto Lucas Pacheco, j. 25.01.2018; STJ, RO em HC n. 90.194/CE, rel. Min. Nefi Cordeiro, j. 14.11.2017) -, vê-se evidenciado, em especial para necessária preservação da ordem pública, notadamente diante de concreto - e não abstrato - risco de

reiteração criminosa e, bem ainda, para garantir a fiel execução das medidas protetivas de urgência.

Ocorre que, consoante ressaltado no processo, o paciente, a rigor, mesmo após tomar ciência do teor das medidas cautelares de afastamento que lhe foram irrogadas, em diversas oportunidades, segundo o narrado pela vítima (e cuja palavra em crimes desse jaez assume especial relevância), insistiu em envergá-las, reiterando nos atos de descumprimento e de agudíssimas ameaças (de assassinato inclusive), exercitando-as de forma a aproximar-se da pessoa protegida e, ainda, mantendo contatos igualmente temerários via mensagens. Tanto assim, teve esta até de deixar o local de morada, rumando a local seguro.

Digno de nota, igualmente, o fato da excepcional certidão narrativa redigida pelo Oficial de Justiça quando do cumprimento da intimação acerca das cautelares, momento em que ficou evidenciado o perfil temerário do ora paciente, o qual, a todo som, vociferava que iria naquele momento matar a ex-consorte. Diante da situação, o próprio Meirinho tentou contornar a situação, entrando em contato com a vítima para que imediatamente deixasse sua residência e fosse se instalar em um Batalhão da Polícia Militar mais próximo, temendo sua segurança. E, não foi só, segundo o Meirinho, nas instalações da PM de Itá, perfeitamente pode-se observar, pela central de câmeras públicas de vigilância, ao vivo, estar o ora paciente "à caça" da ofendida pela cidade, inclusive tendo se deslocado no sentido à moradia da ex-mulher. Assim que foi tentado pelos agente públicos intervir no caso, porém não foi localizado o ofensor. Posteriormente, no entanto, segundo o Oficial de Justiça, entrou-se em contato telefônico com o paciente, no sentido de advertir-lhe de sua conduta, da seriedade da transgressão das medidas e, principalmente, das consequências de lei acaso desrespeitadas (vide ps. 23-23 constantes dos autos do processo n. 0000469-58.2019.8.24.0124).

Tudo isso, porém, comprovou-se, de uma vez por todas, ineficaz. O paciente persistiu nas ameaças, persistiu nos contatos. Levou tudo às últimas consequências (fez promessas impositivamente negativas), mostrando-se totalmente indiferente às ordens judiciais que lhe pesavam. Enfim, menoscabou o Estado de Direito, as regras nele inseridas e, sobretudo, colocando à prova a imperiosidade da máxima proteção que se deve oferecer à sedizente vítima.

De suma importância salientar as ameaças que motivaram de plano o deferimento de medidas protetivas de urgência; após, todos esses impropérios quanto do cumprimento da intimação pelo Meirinho; na sequência, mesmo com a ciência da ordem

Superior Tribunal de Justiça

judicial, toda sorte no descumprimento de seu conteúdo e mais ameaças (relato de ameaças, de agressões, danos patrimoniais, promessa de assassinato da ex-consorte seguido de suicídio, rapto do filho em comum, etc.).

De grande parte há cópia das mensagens e áudios. Neles, nos autos da representação pela preventiva, o tom é realmente feroz. Conquanto as possíveis agruras de um rompimento conjugai, o agente diz a plenos pulmões "eu vou matar ela, mesmo com a Maria da Penha, aí eu vou preso mesmo, eu vou achar ela, eu tô caçando ela, eu vou matar ela hoje, vou matar ela, vou matar a W. (sogra)., e ficar com o B. (filho comum). Eu vou achar ela hoje, vai ser assim agora, tô caçando, ela vai ficar em algum Hotel, ela vai ter que dormir em algum lugar, eu tenho a madrugada toda, eu vou achar. Ela tem que trabalhar, ela tem que fazer as coisas, eu vou matá-la". Complementou em outro trecho, "vou pôr fogo agora na casa, potes de gasolina aqui, tô indo lá botar fogo, nas roupas dela, tudo dela". E disse mais, "[...] eu vou matar essa f. d. p. hoje, eu vou achar ela hoje, amanhã, depois de amanhã, eu vou matar, vou botar fogo nela"

Esses fatores, já não fossem demonstrativos claros de que é, em tese, totalmente inflexível às ordens judiciais, ilustra renitência (já que repetiu o ato espúrio), insistindo em se colocar à margem da lei penal a todo e qualquer custo e tornando a atrair verdadeira atemorização sob a incolumidade da vítima.

Diante disso, a insistência do ex-consorte em descumprir a decisão judicial justifica sim a intervenção com a decretação da prisão preventiva, nos termos dos arts. 312 e 313, III, do CPP, posto que, já foram concedidas medidas protetivas (as quais às claras não resultaram efeito prático), não restando outras medidas mais brandas a serem inseridas, já que, mesmo ciente e advertido das cautelares, o ofendido demonstrou total descaso com as determinações a ele impostas e, agora, é a incolumidade da vítima que sofre justo receio de perecer.

*Aliás, em um juízo de ponderação valorativa entre a salvaguarda da incolumidade das vítimas e a livre locomoção dos acusados, o espaço para eventuais inclinações é mínimo e quase que intelectivamente pende em desfavor dos investigados criminalmente, sobretudo quando despontada a periculosidade do ofensor e onde a integridade das vítimas apresenta perigo perceptível. **Demonstrado nos autos, então, que o paciente vem, reiteradamente, descumprindo medidas protetivas de urgência fixadas em favor da vítima, causando verdadeiro terror e criando sérias desconfiças de que algo pior possa acontecer, imperativa, sem dúvidas, mostra-se o seu cárcere cautelar.***

O que se percebe, portanto, é uma decisão devidamente fundamentada - longe, à evidência, de ser eventualmente

Superior Tribunal de Justiça

genérica -, na qual elementos concretos, propriamente relacionados a todo o contexto da prática delituosa, arrimaram a prisão. Consequentemente, a satisfação dos pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal, conforme correlação feita pelo magistrado singular entre os fatos e as exigências legais, torna hígido o encarceramento cautelar, fazendo com que não seja possível admitir, neste primeiro momento, o acolhimento do pedido liminar formulado no presente caso.

Com efeito, a garantia da ordem pública, para fazer cessar a reiteração criminosa, é fundamento suficiente para a decretação e manutenção da prisão preventiva (RHC n. 55.992/SP, Relator Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 19/3/2015, DJe 16/4/2015).

Convém esclarecer, quanto ao ponto, que se a conduta do agente – seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime – revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despiciendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014).

Sendo assim, a princípio, faz-se necessária a medida extrema para garantia da ordem pública, sendo insuficiente, ao que parece, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Vale ressaltar que eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como residência fixa e ocupação lícita, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o

Superior Tribunal de Justiça

qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal estadual, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator